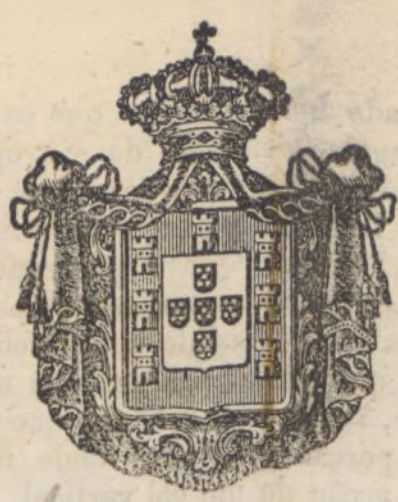


ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA	10\$000
Por um anno	5\$600
Por seis mezes	3\$000
Por tres mezes	1\$600
Avulso por folha	40\$0
Anuncios, por linha	40\$0

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA	12\$000
Por um anno	6\$600
Por seis mezes	3\$600
Por tres mezes	2\$000

Comunicados e correspondencias, por linha 40\$0

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas e do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—1.ª Secção

Representando-me a camara municipal de Miranda do Douro que, para cessarem os graves inconvenientes e prejuizos que têm resultado aos povos do seu concelho de serem julgadas no juizo de policia correccional as causas sobre coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, fosse eu servido revogar o decreto de 13 de dezembro de 1856, que transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das mesmas causas; e attendendo as informações das autoridades administrativas, que comprovam as razões de interesse publico e municipal allegadas pela camara supplicante: hei por bem, usando da autorização conferida ao governo pela lei de 18 de abril do anno passado, revogar o citado decreto de 13 de dezembro de 1856, a fim de que nas freguezias, que compõem o concelho de Miranda do Douro, reverta para os respectivos juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 17 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848 annuncia-se haver requerido por este ministerio Firmina Angelica Sotto Maior Judge, por si e como tutora de seus filhos menores, e bem assim em nome de seus filhos maiores, o pagamento do que se ficara devendo a seu fallecido marido Antonio Fernandes Maciel Judge, como professor, que foi, de ensino primario na freguezia de Nossa Senhora das Mercês, d'esta cidade de Lisboa.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEGUINTES DATAS

1860
Fevereiro 22 Manuel Rodrigues Sant'Iago—em vista das informações, demittido do officio de escrivão do juizo de paz do districto de Mamarozza em Oliveira do Bairro.
28 Ivo Severino da Cruz—exonerado do officio de escrivão do juizo de paz do districto do Pombal, visto ter optado pelo emprego de chefe de cantoneiros de estrada.
Augusto José Ferreira—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Pombal.
João Ignacio de Brito—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Santa Maria da cidade do Távira.
Francisco Pereira Nunes, que foi escrivão do tabellião do juizo ordinario do extincto julgador de Pernes—provido no officio, que já se achava servido interinamente, de tabellião publico de notas do dito suprimido julgador.
José Augusto Nunes Fragozo—provido no officio, que já se achava servido interinamente, de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador de Sever do Vouga na comarca de Agueda.

Março... 7 José dos Santos Pereira de Almeida—exonerado do officio, que abandonou, de escrivão do juizo de paz do districto de Nossa Senhora da Assumpção de Colares.
Augusto Maria da Cunha—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Nossa Senhora da Assumpção de Colares.
Antonio Alves Pereira—exonerado, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador de Albufeira na comarca de Loulé.

Mariano José Fernandes—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador de Albufeira na comarca de Loulé.
Joaquim Ferreira da Costa Brandão—exonerado, como requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador da Mealhada na comarca da Anadia.

José Duarte da Pega—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador da Mealhada na comarca da Anadia.
Carlos Elisiario Maldonado—transferido, como requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Tondella para identico officio de escrivão e tabellião da comarca de Coimbra.

14 Manuel Filipe Simões Penalva—exonerado do officio, que abandonou, de escrivão do juizo de paz do districto de S. Pedro da Ribaldeira em Torres Vedras.
Antonio Pinto Rebello—exonerado do officio, que abandonou, de escrivão do juizo de paz do districto de Barcos no julgador de Taboão.

Manuel Antonio da Silva Barradas—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Barcos no julgador de Taboão.

Antonio Pinto Rebello—exonerado do officio, que abandonou, de escrivão do juizo de paz do districto de Barcos no julgador de Taboão.

Manuel Antonio da Silva Barradas—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Barcos no julgador de Taboão.

juizo de paz do districto de Barcos no julgador de Taboão.

Março... 14 José Simões Barata—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto da Louzã.

José Dias Correia Serva, que foi escrivão do juizo de paz do extincto districto de Villarinho—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Pataias em Alcobaca.

Joaquim Ferreira Diniz, que foi escrivão do juizo de paz do districto de Sangalhos—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de S. Miguel em Oliveira do Bairro.

20 Amancio Cotrim de Carvalho e Vasconcellos, que foi escrivão e tabellião do juizo ordinario do extincto julgador de Maças de Dona Maria—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Nossa Senhora da Graça das Areias no julgador de Ferreira do Zezere.

Ezequiel Praxedes Vasques—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Monte-mór do Novo para identico officio de escrivão e tabellião da comarca de Villa Franca de Xira.

José Vieira Caldas de Lemos—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Villa Franca de Xira para identico officio de escrivão e tabellião da comarca de Monte-mór do Novo.

11 Augusto Maria da Cunha—transferido, por conveniencia do serviço publico, do officio de escrivão do juizo de paz do districto de Nossa Senhora da Assumpção de Colares, no julgador de Cintra, para o officio de escrivão do juizo de paz do districto de S. Pedro de Penaferrim, no dito julgador.

José Ignacio da Costa—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de Nossa Senhora da Assumpção de Colares no julgador de Cintra.

17 João Maria da Fonseca Borba—em vista das informações demittido do officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador de Almeida na comarca de Pinhel.

Antonio Joaquim Alves Médeas—transferido, por conveniencia do serviço publico, do officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador de Castello de Paiva para identico officio do julgador de Almeida na comarca de Pinhel.

José Victorino Mendes—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgador de Castello de Paiva.

18 José Vicente da Silva Borges—provido no officio de escrivão do juizo de paz do districto de S. Thomé de Negrellos no julgador de Santo Thyrsos.

25 João Fortunato Monteiro—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca da Figueira para identico officio de escrivão e tabellião da comarca de Santa Comba Dão.

Caetano Fernandes Gaspar—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Santa Comba Dão para identico officio de escrivão e tabellião da comarca da Figueira.

Carlos da Silva de Segueiro—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Barcellos para o officio de escrivão do juizo de direito da primeira vara da comarca do Porto.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA
DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE
3.ª Repartição

Tendo requerido Octavia Maria os vencimentos que pelo titulo de renda vitalicia n.º 6:155 se ficaram a dever a seu marido Antonio José Mendes de Mattos e Silva, fallecido em 12 de abril de 1859, assim se annuncia em virtude da carta de lei de 24 de agosto de 1848, a fim de que qualquer pessoa, que se julgue com melhor direito aos ditos vencimentos, o venha declarar dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida esta pretensão.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, 30 de abril de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

Annuncia-se que no dia 3 do corrente mez, ás onze horas em ponto da manhã, continua aberta a praça para ser arrematado o imposto do real de agua, pertencente aos districtos administrativos que não foram hoje arrematados.

Em 2 de maio de 1860.—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro.

4.º ANUNCIO

Por participação da alfandega de Setubal, consta que, na noite de 10 de fevereiro ultimo, vará com agua aberta, no sitio dos Barracões nas immediações do Melides, o brigue da republica oriental de Uruguay Solis, capitão Joaquim Xavier das Neves, procedente de Cardiff, com carvão de pedra,

para o Rio de Janeiro; tendo-se salvado toda a tripulação com as suas bagagens, e alguns objectos do sobredito navio. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do código commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de maio de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.º ANUNCIO

Por participação do sub-director da alfandega de Peniche, consta que no dia 28 de fevereiro ultimo vará na praia do sul d'aquella villa a polaca hespanhola Marianita, capitão D. Martinho Francisco Alvares, procedente de Malaga, carregada de vinho, azeite, sabão e esparto, com destino para Villa Garcia, tendo-se salvado a tripulação. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do código commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de maio de 1860.—Nuno José Gonçalves.

Relação n.º 941, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO		
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	
11:835	-	Pensões	88	D. Maria Mag

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de abril de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,
COM APLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 1713

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 8 DE JUNHO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional
DISTRICTO DE BRAGA
CONCELHO DE AMARES
Inventario n.º 57

26828 Fóro de 2\$850 réis, imposto no prazo da quinta de Villar, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta D. Maria Thezeza Pereira do Lago—57\$000.
26829 Fóro de 151 1/2 réis, quinze dezeseis avos de um alqueire de trigo, um alqueire e treze trinta e dois avos de centeio, um alqueire e treze trinta e dois avos de milho alvo, e quinze dezeseis avos de uma gallinha, imposto em metade do casal da Quintão, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel da Silva—49\$098.

26831 Fóro de 918 3/4 réis, imposto no casal de S. Verissimo, que comprehende os casaes do Cabo e do Loureiro, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Anselmo—18\$375.

26830 Fóro de 84 réis, dois alqueires e cinco oitavas de meado, nove dezeseis avos de um alqueire de trigo, e gallinha e meia, imposto em metade do casal da Quintão, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel da Silva—49\$098.

26831 Fóro de 918 3/4 réis, imposto no casal de S. Verissimo, que comprehende os casaes do Cabo e do Loureiro, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Anselmo—18\$375.

26832 Fóro de 1\$612 1/2 réis, e gallinha e meia, imposto em um quintal na Cangosta da Palha, denominado o Praso das Portas, freguezia de S. Lazaro: praso em vidas. Emphyteuta Marianna Carriho—37\$650.

26833 Fóro de 1\$125 réis, e duas gallinhas e um quarto, imposto em umas casais, sitas na Cangosta da Palha, freguezia de S. Lazaro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel de Magalhães Araujo Pimentel—30\$600.

26834 Fóro de 1\$650 réis, e tres gallinhas, imposto em umas casais sitas na Cangosta da Palha, freguezia de S. Lazaro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel de Magalhães Araujo Pimentel—43\$800.

26835 Fóro de 2\$400 réis, imposto no praso dos Ferreiros, sito na freguezia dos Ferreiros: praso em vidas. Emphyteuta Anna Rosa, viúva—48\$000.

26836 Fóro de alqueire e meio de meado, imposto em duas propriedades, sitas na freguezia de S. Mamede de Este: praso em vidas. Emphyteuta Antonio José Fernandes—15\$625.

26837 Fóro de tres alqueires e tres quartas de meado, imposto em varias terras, sitas na freguezia de S. Mamede de Este: praso em vidas. Emphyteuta o padre José Alves de Araújo—39\$062.

26838 Fóro de dois alqueires e cinco oitavas de meado, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Mamede de Este: praso em vidas. Emphyteuta José de Almeida—27\$043.

26839 Fóro de quatro alqueires e uma oitava de

degas e contribuições indirectas, em 1 de maio de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.º ANUNCIO

Por participação do conselho director da alfandega grande de Lisboa, consta terem ali desembarcado no dia 19 de março ultimo, o capitão A. W. Lavander, sua mulher, e mais treze pessoas da tripulação da galera americana Lady Suffolk, procedente de Liverpool, carregada de carvão e sal, com destino para Calcutá, os quaes haviam sido conduzidos a Cascaes pelo brigue inglez Sapho, que a encontrara em perigo, a trezentas milhas ao mar, havendo o brigue Meersabout igualmente tomado outros quinze individuos da dita galera. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do código commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de maio de 1860.—Nuno José Gonçalves.

Relação n.º 941, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO	
NOME DA AGRACIADA	CLASSER INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO
Magdalena Pinto.....	Pens. ^{ta} de consideração

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de abril de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,
COM APLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 1713

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 8 DE JUNHO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional
DISTRICTO DE BRAGA
CONCELHO DE AMARES
Inventario n.º 57

26828 Fóro de 2\$850 réis, imposto no prazo da quinta de Villar, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta D. Maria Thezeza Pereira do Lago—57\$000.
26829 Fóro de 151 1/2 réis, quinze dezeseis avos de um alqueire de trigo, um alqueire e treze trinta e dois avos de centeio, um alqueire e treze trinta e dois avos de milho alvo, e quinze dezeseis avos de uma gallinha, imposto em metade do casal da Quintão, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel da Silva—49\$098.

26831 Fóro de 918 3/4 réis, imposto no casal de S. Verissimo, que comprehende os casaes do Cabo e do Loureiro, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Anselmo—18\$375.

26830 Fóro de 84 réis, dois alqueires e cinco oitavas de meado, nove dezeseis avos de um alqueire de trigo, e gallinha e meia, imposto em metade do casal da Quintão, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel da Silva—49\$098.

26831 Fóro de 918 3/4 réis, imposto no casal de S. Verissimo, que comprehende os casaes do Cabo e do Loureiro, sito na freguezia de S. Pedro de Figueiredo: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Anselmo—18\$375.

26832 Fóro de 1\$612 1/2 réis, e gallinha e meia, imposto em um quintal na Cangosta da Palha, denominado o Praso das Portas, freguezia de S. Lazaro: praso em vidas. Emphyteuta Marianna Carriho—37\$650.

26833 Fóro de 1\$125 réis, e duas gallinhas e um quarto, imposto em umas casais, sitas na Cangosta da Palha, freguezia de S. Lazaro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel de Magalhães Araujo Pimentel—30\$600.

26834 Fóro de 1\$650 réis, e tres gallinhas, imposto em umas casais sitas na Cangosta da Palha, freguezia de S. Lazaro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel de Magalhães Araujo Pimentel—43\$800.

26835 Fóro de 2\$400 réis, imposto no praso dos Ferreiros, sito na freguezia dos Ferreiros: praso em vidas. Emphyteuta Anna Rosa, viúva—48\$000.

26836 Fóro de alqueire e meio de meado, imposto em duas propriedades, sitas na freguezia de S. Mamede de Este: praso em vidas. Emphyteuta Antonio José Fernandes—15\$625.

26837 Fóro de tres alqueires e tres quartas de meado, imposto em varias terras, sitas na freguezia de S. Mamede de Este: praso em vidas. Emphyteuta o padre José Alves de Araújo—39\$062.

26838 Fóro de dois alqueires e cinco oitavas de meado, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Mamede de Este: praso em vidas. Emphyteuta José de Almeida—27\$043.

26839 Fóro de quatro alqueires e uma oitava de

5.º ANUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que a barca ingleza, Isle of Skie, capitão John Richard Pkelan, procedente de Liverpool, com carga de carvão de pedra, e alguns cascos de cerveja, destinada para Buenos Ayres, tendo aberto agua no dia 20 de fevereiro ultimo, na latitude de 36º N., e longitude 17º O., fôra abandonada pelo referido capitão e tripulação, salvando-se em um lanchão do mesmo navio, e chegando ao porto do Funchal no dia 23 do dito mez; havendo o sobredito director da alfandega mandado arrematar os salvados, entregando o seu liquido producto ao respectivo consul britannico. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do código commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de maio de 1860.—Nuno José Gonçalves.

Relação n.º 941, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

ECÇÃO		OBSERVAÇÃO
VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
ANNUAL	MENSAL	
180\$000	15\$000	Começa o abono em 4 do corrente mez.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de abril de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,
COM APLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á faz

bro de 1852, artigo 41.º, § 2.º, verbo — as parochias. Declaram pois nulla a decisão de direito do accordo recorrido; baixam os autos á relação de Lisboa para se dar cumprimento á lei. Lisboa, 24 de abril de 1860. — Caldeira — Cabral — Visconde de Fornos — Ferrão — Aguiar. — Fui presente, Sousa.

Está conforme. — Secretaria do supremo tribunal de justiça, 27 de abril de 1860. — O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade do fallecido José Mauricio Gonçalves Carujo, como recebedor da freguezia de S. Lourenço de Carnide desde 18 de setembro de 1843 até 30 de junho de 1849, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o accordo de 25 de setembro de 1855, pelo qual os herdeiros e representantes do fallecido José Mauricio Gonçalves Carujo foram declarados devedores á fazenda publica da quantia de 40,991 réis, pelo saldo da gerencia d'este anno como recebedor da freguezia de S. Lourenço de Carnide desde 18 de setembro de 1843 até 30 de junho de 1849; visto o accordo de 2 de novembro de 1859, que, julgando o recurso interposto por D. Maria Cypriana Rollin Carujo, na qualidade de cabeça de casal de seu fallecido marido Manuel Maria Carujo, reduziu o referido debito á quantia de 31 réis; visto o recibo de talão de fl. 43, pelo qual se mostra ter a sobredita D. Maria Cypriana Rollin Carujo entrado em 5 de março do presente anno com esta quantia nas caixas centrais do ministerio da fazenda; visto o accordo de 13 de janeiro ultimo, pelo qual os representantes do mesmo José Mauricio Gonçalves Carujo foram declarados credores á fazenda publica do saldo de 895 réis, que resultou da liquidação da conta d'este exactor, como recebedor da freguezia de Carnide desde o 1.º de julho de 1849 até 16 de setembro do mesmo anno; visto o requerimento de fl. 42, informação de fl. 44, e o mais que consta do processo; julgam, nos termos do § 5.º do artigo 13.º do regulamento de 27 de fevereiro de 1850, livres e desembaraçados quaesquer valores depositados, e extintas quaesquer fianças que, relativamente á gerencia do mencionado recebedor, no periodo decorrido desde 18 de setembro de 1843 até 16 de setembro de 1849, se houverem prestado para segurança e caução da fazenda publica.

Lisboa, 4 de abril de 1860. — Margiuchi, relator — Lara — Albergaria — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 20 de abril de 1860. — Cactano Francisco Pereira Garcez.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada internamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 7 do corrente mez, pelas onze horas da manhã, na sala das suas sessões, no referido estabelecimento, ha de contratar em praça publica a feitura de treze pias de pedra, conformes com o modelo que existe na casa das obras do dito hospital, e segundo as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do mesmo estabelecimento.

Contadoria do hospital de S. José, em 1 de maio de 1860. — O official maior, Manuel Cesário de Araújo e Silva.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 4 do corrente mez de maio, pelo meio dia, ha de o conselho de administração de marinha, na sala das suas sessões, contratar a compra de 400^m de lagedo para uma rampa no arsenal da marinha.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, no dia 10 do corrente, pelo meio dia, 20 peças de brim, 40 peças de zuarte, e 1000^m de panno de linho, para fardamentos da marinhagem dos navios da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 2 de maio de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá á 4 do corrente, para Liverpool por via de Setubal, o vapor inglez *Douro*. A correspondencia será lançada na caixa geral até ás nove horas, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás nove horas e meia da manhã do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, á 4 do corrente, para o Fayal, a escuna *Ceres*; e á 10, para o Maranhão, a galera *Aurora*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 2 de maio de 1860. — O administrador, Luiz José Botelho Sabra.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Carlos José dos Santos Silva — João Maria de Carvalho, Joaquim Freire de Andrade, Joaquim Jorge, José Damaso Ferreira, José da Silva — Manuel de Jesus Coelho, Manuel José Fernandes, Maria da Luz, Marianna Rita — Sebastião Antonio dos Prazeres Pimenta.

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA Para Lima (Perú)

D. Carlos Créos.
D. José Villas.

Para New York

Redacção do *New York Medicine Times*.
Administração central do correio de Lisboa, em 2 de maio de 1860.

ESCOLA POLYTECHNICA

A escola polytechnica pretende dar de empreitada o fornecimento de uma porção de cantaria e lagedo, bem como o lavrado de varias cantarias, e diversas obras de carpintaria.

Aquelles a quem taes empreitadas possam convir acharão os esclarecimentos necessários na secretaria da escola todos os dias, das onze horas da manhã ás tres da tarde, até o proximo sabbado 5 do corrente, dia em que as ditas empreitadas serão adjudicadas a quem melhores condições offerecer.

As propostas para quaesquer das mesmas empreitadas devem ser dirigidas em carta fechada á junta administrativa da escola até o meio dia do referido dia 5.

BATERIAS APPARELHADAS DO CORPO DE ARTILHARIA

O conselho administrativo das ditas baterias annuncia que no dia 8 do corrente pretende vender,

em hasta publica, na feira do gado á Cruz do Taboado, um cavallo e uma muar, incapazes para o serviço das ditas baterias.

O conselho convida a todas as pessoas a quem interessar este annuncio, queiram comparecer no local indicado á referida hora.

Quartel em Belem, 2 de maio de 1860. — José Antonio da Costa Braklamy, 2.º tenente.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 2 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Sendo um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 67 srs. deputados. O sr. Presidente declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. conde da Torre, de que por motivo justificado não tem podido comparecer ás ultimas sessões. — Inteirada.

2.º Do sr. Henriques Secco, de que na sessão de 30 de abril esteve presente á chamada, ainda que no *Diario de Lisboa* não venha o seu nome mencionado. — Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio das obras publicas, participando que o relatório do capitão Sousa Brandão, pedido pelos srs. deputados Encarnação Coelho e Eleuterio Dias, se acha já publicado no boletim d'este ministerio, de março-ultimo. — Para a secretaria.

2.º Uma representação da camara municipal, autoridades e habitantes de Coura, pedindo que o seu concelho seja elevado á categoria de comarca. — A commissão de legislação.

3.º Dos habitantes de Lagos, pedindo que seja approvada a directriz da estrada do litoral do Algarve de Villa Real de Santo Antonio a Lagos, passando por Portimão e Lagoa, e não por Silves. — A commissão de obras publicas.

4.º Da junta de parochia da villa de Avô, no concelho de Oliveira do Hospital, sobre divisão do territorio. — A commissão de estatística.

5.º De muitos cidadãos do concelho de Marco de Canavezes, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo. — A commissão de fazenda.

6.º De muitos habitantes das Caldas da Rainha, no mesmo sentido que a antecedente. — A mesma commissão.

7.º Da camara municipal de Agueda, pedindo algumas providencias para melhoramento do seu concelho e districto. — A commissão de obras publicas. Dá-se expediente pela mesa ao seguinte requerimento:

«Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, se peça ao governo a relação numerica dos contribuintes que foram tributados com a contribuição predial em cada um dos districtos do reino, nos annos de 1853 até ao ultimo findo de 1860; e outra relação, igualmente numerica, dos contribuintes que foram tributados com a contribuição denominada decima industrial, nos mesmos annos e em cada um dos districtos. — *Lopes Branco*.»

É remetido ao governo.

Tambem se dá conta da seguinte nota de interpeação:

«Peço que seja avisado o sr. ministro do reino, de que tencio dirigir-lhe uma interpeação sobre as habilitações das fabricas de destillação de aguardentes, logo que s. ex.ª me dê occasião. — *Afonso Botelho*.»

Manda-se fazer a communicacão.

O sr. secretario *Mamede*: — declara que, na conformidade do estylo d'esta casa, foi desanjoar o sr. deputado Figueiredo de Faria, que achou muito contristado pela perda irreparavel que acabava de soffrer.

Tambem se recebem na mesa uma participacão do sr. deputado Rebelo da Silva, de estar de nojo pela morte de seu sogro. Em virtude d'esta communicacão foi desanjoar o mesmo sr. deputado, que agradece á camara esta prova de deferencia havida para com s. ex.ª

O sr. Presidente: — como não está presente o ministerio, dá a palavra aos srs. deputados que a pediram antes da ordem do dia.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*: — manda para a mesa uma representação das juntas de parochia das freguezias do campo de Leiria, pedindo providencias sobre o estado lastimoso do leito do Liz.

Já em 3 de abril teve a honra de dirigir ao sr. ministro das obras publicas uma nota de interpeação, ou para melhor dizer uma lembrança, convidando s. ex.ª a occupar-se d'este assumpto. A representação que acaba de enviar para a mesa comprova tudo o que n'essa nota annunciou, e o grande perigo em que se acham não só o campo, como as habitações marginaes.

Tudo isto prova a urgente necessidade de se curar, e de se curar quanto antes, do regimen das aguas e dos campos, que não pôde continuar como está. Não é o campo de Leiria o unico queixoso, são todos. O sr. deputado *Lopes Branco*, creê elle, orador, que apresentou a este respeito um projecto de lei.

Seria para desejar que o sr. ministro das obras publicas, tão cheio de zelo e de solicitude pelas cousas publicas como elle, orador, reconhece, examinasse o projecto do sr. *Lopes Branco*, e entendendo que merece a sua approvação, quizesse cobri-lo com a poderosa iniciativa do governo, ou tal qual saiu da mão do auctor, ou corrigido e reformado, se assim lhe parecer melhor. O que é preciso é fazer-se alguma coisa, e fazer-lo quanto antes, se queremos conservar os nossos melhores terrenos, que são os chamados de *campo nas margens dos rios*.

Abunda nas idéas dos que promovem vias ferreas, estradas e canaes para facilitar o commercio; mas não nos esqueçamos de que a primeira condição do commercio é haver genero com que se commercie. O sr. ministro sabe, a camara toda sabe isto tão bem ou melhor do que elle, e portanto nenhuma desculpa restará se se dormir mais tempo sobre tão momentoso assumpto.

Tambem manda para a mesa um projecto de lei do sr. deputado pelo circulo do Alcobaca, *Hermenegildo Blanc*, e seu, para a reconstrução dos concelhos extintos de S. Martinho, Nazareth, Lourical, Chão do Couce e Maçãs, no districto de Leiria.

O sr. *Hermenegildo Blanc*: — pede a palavra para mandar para a mesa uma representação de todos os empregados da alfandega municipal de Lisboa, na qual pedem se lhes faça extensivo o beneficio do decreto de 31 de junho de 1852, com respeito aos emolumentos.

Esta representação parece-lhe muito justa, porque não vê motivo para que os empregados da alfandega municipal de Lisboa, que tão bom serviço prestam ao estado, sejam privados de um favor concedido aos demais empregados das alfandegas do reino.

O sr. *Afonseca*: — tem de apresentar á camara um negocio de extrema seriedade, e que tem de impressionar a todaquelle que tiver um coração verdadeiramente portuguez. Tem de concluir por uma moção de ordem, e que passa a ler (*lev*).

Que o estado horroroso em que se acha a provincia de Angola, demanda da metropole as mais energicas medidas. Que não sabe se á hora em que falla ainda a bandeira portugueza tremula sobre as muralhas de Loanda. Que o governador geral de Angola, para vingar o assassinato do principe Aguiar Rosada, tinha empreendido uma infeliz expedicao composta de quinhentas praças, sem mantimentos, sem barracas, sem agua, sabendo que tinha a atravessar uma porção de litoral onde não a havia, e expostos á acção de um sol vertical, e cuja exposicão é sempre perigosa. Limitou-se a queimar algumas palhoças e veio em retirada, porque as alturas estavam occupadas por uma força de pretos bastante imponente. Alguns dos desgraçados soldados, a quem o cansaço obrigou a ficar atar, foram decapitados pelos pretos, e suas cabeças espetadas em páus, isto ainda á vista da força expedicionaria.

Deixámos de ser invulneraveis como os pretos nos suppunham; perdemos a força moral, e Deus sabe a esta hora qual é a sorte d'aquella importante possessão.

Se acaso em 1825 quando nos separámos do Brazil tivessemos olhado para as nossas possessões, nem o Brazil teria chegado ao estado de grandeza a que se elevou, nem nós ao estado de abatimento a que chegámos.

Quem não sabe que os nossos generos colonias são melhores, e mais variados do que os do Brazil? O nosso café, o nosso algodão, a nossa canna de assucar, a nossa variada mineraçao, em tudo lhe somos superiores.

Se, como já disse, tivessemos olhado para as nossas colonias, o commercio da Europa continuaria a fornecer-se no Tejo de generos da America; Lisboa continuaria a ser o entreposto d'esse commercio; porque do Mediterraneo, do Báltico, do Mar Negro, é mais facil vir a Lisboa do que a Pernambuco, Bahia e Rio.

As medidas para conjurar esta grande desgraça, a perda total d'aquella rica possessão, são em primeiro logar a nomeação de um novo governador geral. A segunda é a remessa de dois corpos completos d'esta capital, com paga e vantagens de tempo de guerra, porque guerra é, e bem perigosa aquella em que vão entrar, e finalmente 100 ou 150.000.000 réis para levantar as tribus inimigas umas contra as outras, proclamar a guerra preta, e occupar immediatamente o reino do Congo, fazendo-lhe presídios e fortes que se deem as mãos uns aos outros.

A occupação do Congo devia ter sido executada ha muito, e é vergonha que o não tenha sido.

Uma outra medida, e essa de summa importancia, é o restabelecimento dos conventos n'aquellas e em todas as possessões, d'onde saíam corpos de missões.

Os nossos antepassados conquistaram, mas conquistaram tanto pela espada como pelo evangelho: estas duas armas já mais andaram separadas nas suas mãos, e o resultado provaram-nos essas paginas de gloria em que abunda a nossa historia colonial.

Manda, pois, para a mesa a seguinte proposta, cuja urgencia pede:

«Propoño que a commissão do ultramar se reúna no mais curto praso possivel, e de accordo com o governo apresente com a maior urgencia a sua opinião acerca dos ultimos acontecimentos de Angola, e proponha as medidas que parecerem convenientes para salvar aquella parte importante da monarchia portugueza. — *Afonseca*.»

O sr. Presidente: — não querendo prevenir de maneira alguma a resolução que a camara haja de tomar sobre esta proposta, não se tendo recebido participacão official da formação do gabinete, entende que é mais conveniente reservar-se a camara para tratar d'este assumpto logo que esteja presente algum dos srs. ministros (*muitos apoiados*).

O sr. *Mello Soares*: — requer que se consulte a camara para se tratar d'este assumpto logo que esteja presente o ministerio.

Assim se decide.

Lê-se na mesa um officio do ministerio do reino, participando que Sua Magestade, por decretos de 1 de maio, houve por bem preencher os logares vagos no ministerio, nomeando para presidente do conselho de ministros ao conselheiro, par do reino, Joaquim Antonio de Aguiar; para ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra ao marechal de campo, par do reino, visconde da Luz; para ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar ao conselheiro, deputado da nação, José Marcellino de Sá Vargas; e para ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros ao ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, José Maria do Casal Ribeiro. — Inteirada.

(Entram todos os membros do ministerio.)

O sr. Presidente do conselho de ministros (*Aguiar*): — O doloroso acontecimento, que privou o throno, a liberdade e o paiz de um dos seus melhores amigos, e dos seus mais dedicados e valentes defensores, deixou sem chefe o ministerio, a que elle presidia. Um acontecimento similhante tinha-o privado de um dos seus membros, a quem o sentimento publico fez a justiça devida aos seus relevantes serviços e virtudes. N'estas circunstancias entendeu o chefe do estado, que cumpria preencher os logares vagos. Por decreto da data de hontem foi Sua Magestade servido nomear-me presidente do conselho de ministros. Eu não podia aceitar sem muita repugnancia um cargo, para cujo desempenho me faltavam os talentos, que a importancia d'elle reclama, mas fui obrigado por considerações ponderosas a aceita-lo. Velho pelos annos e pelos trabalhos, sinto-me com poucas forças, mas não me falta a dedicacão para o desempenho das funcções publicas compatíveis com ellas, nem o animo e a coragem para servir a causa da liberdade e da independencia do paiz, pelas quaes tenho sempre combatido.

Pelos decretos d'aquella data, indicados na communicacão, que acabou de se ler á camara, foi nomeado para o ministerio da guerra o digno par visconde da Luz, e para o da marinha e ultramar o sr. deputado José Marcellino de Sá Vargas: a repartiçao dos negocios estrangeiros continuará a cargo do ministro da fazenda, que se achava encarregado d'ella.

Sr. presidente, tenho a profunda convicção de que a prosperidade d'este paiz depende essencialmente do progresso dos melhoramentos materiaes, de que a administração, a que actualmente pertence, se tem occupado; mas para isso são necessários sacrificios, são necessários meios, e em quanto a estes não houver desacordo, mas quando se quer sinceramente um fim, não será difficil accordar sobre os meios.

Tive de fazer esta declaracão por um motivo que me é particular. Não tenho que apresentar nenhuma exposicão de principios, nenhum programma. O ministerio completou-se preenchendo-se os logares vagos, e com esta alteracão não houve mudanca no sistema de administração, e nos principios adoptados por elle, e manifestados pelos seus actos e pelas medidas apresentadas a esta camara.

Eu espero que pelos seus actos elle continue a merecer o apoio do corpo legislativo, e a confiança da coroa (*apoiados*).

O sr. *Carlos Bento* (sobre a ordem): — pede que se trate agora do incidente que ha pouco foi adiado para quando estivessem presentes os srs. ministros; e absten-se de fazer agora quaesquer considerações sobre programas politicos, visto que o sr. presi-

dente do conselho acaba de declarar que não houve mais do que o preenchimento do ministerio.

O sr. Presidente: — cumpre-lhe informar os srs. ministros de que hoje foi enviada para a mesa uma proposta relativa aos acontecimentos que consta tiveram logar em Angola; pediu-se a urgencia d'esta proposta, mas resolveu-se que logo que estivesse presente algum dos membros do governo se lhe desse seguimento.

A proposta é julgada urgente, e entra em discussão.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Melo): — sem embargo de se ter completado o ministerio, deixando elle a pasta da marinha, da qual tomou conta o seu illustre collega, contudo não tendo s. ex.ª ainda tido tempo nem se quer de ir á secretaria occupar-se d'este assumpto, não pôde deixar de dar á camara as explicações necessarias para ella formar o seu juizo e poder votar sobre a proposta.

É certo que as circunstancias em que se acha actualmente a provincia de Angola são difficilissimas e merecem a mais seria attenção do governo e do corpo legislativo; mas se podem, porém, considerar perigosas (*apoiados*); estão muito longe de o ser, mas carecem de prompto remedio.

Logo que tomou conta da pasta da marinha, sabendo que a provincia de Angola se achava em difficuldades, não por este acontecimento a que se refere a proposta do illustre deputado, e que não conhecia ainda, mas por circunstancias anteriores, tinha resolvido, de accordo com os seus collegas, fazer expedir quanto antes para aquella provincia uma força maritima e de terra, a fim de auxiliar o governador geral para o restabelecimento da tranquillidade n'aquellas paragens; mandando em consequencia d'isso apromptar a corveta *Estephania*, com a brevidade que as circunstancias o permitissem, para transportar duzentos homens d'aquelles que a lei destina para irem servir nas provincias ultramarinas, a fim de partirem para Angola. Esta força, em virtude das circunstancias anteriores pareceu-lhe sufficiente; mas em virtude d'aquellas a que se referem os ultimos officios do governador já não a julga bastante para o que a metropole tem a fazer n'aquella provincia. O governo por isso deu ordem para que se apromptasse o vapor *D. Maria Anna*, que estava destinado para ir para Moçambique, a fim de que durante algum tempo estivesse na provincia de Angola, e transportasse para ali força e petrechos de guerra, e tinha já dado as suas instrucções para que se preparasse uma outra força que, conduzida em outro barco de vapor, seguisse viagem para ali.

Já vê portanto a camara que o governo está muito longe de ter descuidado este assumpto, e que tomou as providencias que entendeu convenientes, e espera que o seu illustre collega, que vai tomar conta da pasta da marinha, ha de tomar todas aquellas que o caso pede.

São estas as explicações que devia dar á camara, porém de maneira nenhuma se oppõe, nem se oppõe o governo, a que a proposta do illustre deputado vá á commissão do ultramar, para, de accordo com elle, propor as medidas que por ventura possam depender do corpo legislativo (*apoiados*).

O sr. *Ministro da marinha* (Sá Vargas): — é uma desgraçada conjunctura aquella que o levou a entrar, não só no ministerio, mas, de mais a mais na pasta da marinha, que, em grande parte das suas attribuições, é muito alheia e distincta da sua profissão. Se uma necessidade politica de momento opeou sobre elle, orador, uma certa pressão, e o obrigou a aceitar aquelle cargo, o que não aconteceria de certo em casos ordinarios, a camara avaliaria o sacrificio que elle n'isto fizera. Apesar de reconhecer as suas poucas forças, e mesmo a sua insufficiencia, para a tarefa que tomou sobre seus hombros, ao menos promette á camara que da sua parte não se ha de poupar a esforços para cumprir os seus deveres. Conta com a cooperacão e benevolencia dos seus amigos, que ainda hontem eram seus collegas, e ajudado com o seu valioso auxilio fará quanto poder.

Quanto á materia de que se trata, a camara comprehenderá bem, que não tendo ainda entrado na secretaria, porque apenas foi beijar a mão a El-Rei, e veio para a camara, não tem ainda conhecimento dos acontecimentos de Angola, senão pelo que leu em alguns jornaes.

Depois do que teve a bondade de dizer o seu collega do reino, com referencia ás medidas que tomou, durante o tempo da sua administração interina no ministerio da marinha e ultramar, nada tem a acrescentar; diria só que, mesmo sem entrar na secretaria, em conversação particular, se fallára já alguma coisa sobre a necessidade de adoptar medidas de prompto, para o estado em que se acha a nossa possessão de Angola. Quanto á proposta do sr. deputado nada tem a dizer, porque tinha sido prevenido pelo seu collega.

O sr. *Soares Franco*: — pediu a palavra para chamar a attenção do governo acerca do estado da provincia de Angola; e não estando ainda nenhum sr. ministro presente desistira d'ella. Mas vendo que o illustre deputado do sr. *Afonseca* tratára d'este mesmo objecto, referindo-se principalmente a factos, que com quanto graves são muito exagerados, ia apresentar os successos como elles aconteceram, segundo as partes officiaes que tinha do commandante da estação.

Todas as pessoas que se têm dado ao estudo das nossas provincias ultramarinas, sabem que têm sido abandonadas de longa data, e que só ha poucos annos é que se principiou a olhar com alguma attenção para a provincia de Angola; devendo-se a primeira expedicao que occupou as minas do Bembe ao sr. visconde d'Athougia, auxiliado pela casa commercial do sr. Flores, que teve de supprir parte da despeza, e a quem se devem avultadas quantias.

O nobre visconde de Sá, que tanto préza os negocios da nossa Africa, porque ali é que está o futuro de Portugal, em quanto esteve no ministerio não descuidou estes assumptos; mas não é com recursos e meios ordinarios que isso se pôde alcançar; porque hoje trata-se activamente da occupação de pontos importantes, que é necessario fortificar, porque só assim é que poderemos segurar a posse da provincia, que no futuro (mas que não está distante) nos deve recomensar largamente; porém para isso precisa-se de força e tropas europeas, bem pagas e melhor commandadas, para guarnecer Loanda e os logares que forem convenientes; organizar a guerra preta, alistando ou engajando pretos auxiliares; e portanto o dinheiro é a primeira necessidade, porque é com elle que se faz a guerra; munições de guerra e artilheria, tanto de campanha como de posição, para guarnecer a maior parte das nossas fortalezas, em que tudo se pôde dizer que está a cair a pedacões. É necessario um pensamento constante do governo, quaesquer que forem os seus membros, porque n'isto não havia politica, mas sim bem do paiz, que é de todos, e para todos.

Acrecenta que tendo o governador saído por mar com uma força para castigar o gentio do Quimbo, por causa da morte de um preto, filho do fallecido rei do Congo, que em paga de o termos educado e empregado, fez um protesto contra a nossa occupação do Congo (já se sabe, movido pelos agentes occultos que trabalham para minar o nosso poder nas duas Africas); o governador tinha desembarcado no Ambriz acompanhado por uma força de marinhagem; tinha afugentado os pretos, incendia-

do as povoações, e recolhido a Ambriz e de ahi a Loanda. Parece que ao cansaço e fadiga se deve o termos perdido dez a doze praças.

Já se vê portanto, que não é isto bastante para se inferir e menos acreditar, que a estas horas esteja Loanda cercada por innumeravel quantidade de pretos; mas aproveita esta occasião para chamar a attenção da camara e do governo, para fazer ver a necessidade de se mandarem reforços e meios quanto antes. É verdade, como mui bem disse o sr. ministro do reino, que logo que tomou conta da pasta da marinha, mandou apromptar a corveta *Estephania* e duzentas praças de tropa, devendo igualmente sair um outro vapor, preparando-se um outro grande vaso de guerra; e se esta força não saiu já para Angola, deve-se ao triste e fatal successo que todos os portuguezes tanto lastimaram, (todos sabiam que se referia á morte no nobre duque da Terceira) por que os dois navios estavam promptos á primeira ordem.

Já se vê portanto que os negocios de Angola são muito serios, e por isso reclamam auxilios e esforços da mãe patria. Já tinha provado n'esta casa, que só a provincia de Angola tinha dado ao thesouro portuguez mais de 3.000.000.000 réis, e agora é necessario fazer estradas, n'ante uma communicacão regular com a provincia, e se a communicacão não trata de apresentar melhores vapores, será necessario retirar-lhe a subvenção, porque faz muito mal aos navios de vela, sem que do vapor se tirem as vantagens que se deviam esperar.

Diria ultimamente que o governador de Angola está muito acima d'essas correspondencias que tem visto em alguns jornaes; é um bravo militar muito probo, honrado e intelligentissimo como reconhecem todos os homens que com elle tem tratado; mas o governador não pôde fazer milagres, mandem-lhe gente, bons officiaes e dinheiro, que elle firmará convenientemente a nossa bandeira n'aquella parte de Africa. Não dirá mais nada sobre este assumpto, reservando ainda a palavra para poder responder a outros oradores.

O sr. *Carlos Bento*: — pediu a palavra sobre este assumpto, por lhe parecer que a sua importancia reclamava a attenção da camara.

Por muito justas que sejam as explicações do sr. ministro, quanto á nenhuma responsabilidade que pôde ter a respeito da direcção dos negocios da repartição de que acaba de encarregar-se, pede licença para dizer que este negocio não é só de secretaria, é uma questao nacional, e a camara pelo que acaba de se passar, mostra bem que lhe não é indifferente. A vida das nações não é material, é toda aquella que se limita a viver materialmente morre (*apoiados*). É necessario por tanto tomar este objecto na maior consideração.

Lê-se em alguns jornaes estrangeiros, que a causa dos disturbios n'aquellas possessões é a insubordinação da tropa que ali existe, e parece-lhe que não é conveniente mandar para ali tropa que não dê garantias de manter a disciplina, e que principalmente na occasião em que se trata de tomar medidas de defeza, é necessario não mandar para ali, em nome de principios penaes, uma força n'estas circunstancias.

Recommenda portanto ao governo, que se não tem os meios pecunarios precisos para que a força que deve mandar para aquella provincia nos dê garantias de ordem e corresponda aos nossos desejos, em vez de nos augmentar os receios, trate de os pedir á camara.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Melo): — deseja fazer uma simples declaracão, com a qual talvez dissipe, senão completamente, ao menos até certo ponto, as objecções do sr. deputado.

Tem-se dito que a força que o governo destinava e destina mandar para a provincia de Angola é composta de soldados incorrigiveis; mas não é exacto; a força que se mandou organizar é composta de soldados presos por desertores. O soldado desertor não se pôde chamar incorrigivel; é mesmo natural, em soldados novos, com saudades das suas casas e das suas familias, desejarem voltar para as suas terras, e se mais não desertam é devido á disciplina; ora, sendo mandados para Angola, não têm para onde desertar, e por consequencia podem ser bons soldados e fazer bom servico; e é d'estes desertores que se compõe a força que deve seguir para Angola.

O sr. *Abranches*: — está convencido de que a camara conhece a importancia das nossas provincias ultramarinas, e que depois do governo attender seriamente ás suas necessidades, a mãe patria ha de tirar d'ellas recursos para o seu engrandecimento. Entretanto a questao que se agita não é a respeito da importancia geral das nossas provincias ultramarinas, mas da especialidade da provincia de Angola.

Que ali se deram factos deploraveis, é fóra de duvida; não ha carta alguma d'aquella provincia que não conte de uma maneira desagradavel e triste os acontecimentos que ali se tem dado, e quasi todos são uniformes em dizer que temos sido despresados e ludibriados pelos pretos. É preciso, pois, que o governo mande, não uma força de duzentos homens, que pertence ao contingente destinado para o ultramar por serem desertores, mas dois ou tres regimentos perfeitamente disciplinados e exercitados, porque não sabe se a gente que está na torre de S. Julião, está no caso de entrar em fogo. Por consequencia entende que se devem mandar para ali dois ou tres corpos bem disciplinados e com bons officiaes, porque só duzentos homens é muito pouco.

Parece-lhe tambem que o sr. ministro da marinha deve attender a outras necessidades das nossas provincias ultramarinas, e em especial á administração da justiça.

tificações e presidios, e em prestar cooperação à torya propria da localidade, mas a guerra tem de ser feita com os indígenas, pagando uns para bater os outros.

Entende que toda a demora na expedição d'estas medidas não pôde ser fatal; se tratarmos este negocio com os eternos *amanhãs* com que tratamos tudo, chegaremos já tarde, e quando a sorte d'aquella bella possessão, d'aquella bella joia da coroa portugueza, estiver decidida contra nós pela nossa incuria.

Entende que era mais conveniente mandar para ali dois corpos de linha, do que contingentes de dez e vinte praças de cada corpo, como se costuma fazer, e pagar-lhes como em tempo de guerra.

Uma das causas que deram lugar ao acontecimento que ultimamente teve lugar, foi sem duvida a guerra dynastica do Congo. Entende que o governador geral de Angola andou mal neste negocio, e devia limitar-se, visto que não podia occupar Congo militarmente, o que ha muito devesa estar feito, diz limitando-se a declarar que o novo rei, na conformidade dos tratados, continuava a ser tributario da coroa portugueza.

Não duvida tirar da sua proposta as palavras: — no dia 4 — e substituindo-as pelas de: — seis ou oito dias, — mas demorar por mais tempo a solução d'este arriscado problema é impossível, porque as circunstancias são altamente imperiosas (*apoiados*).

O sr. Ferrer: — o illustre auctor da proposta já conseguiu o fim que tinha em vista, que era estimular o governo para que tomasse medidas efficazes relativamente ao estado da provincia de Angola, pois que o governo já declarou que estava disposto a tomar essas medidas, por consequencia a questão devia terminar aqui. Nem comprehende o que vá a proposta fazer á commissão do ultramar, e admirou-se muito de ouvir dizer ao sr. ministro do reino que a aceitava. As medidas que ha a tomar pertencem ao poder executivo, e nem a camara, nem a commissão podem tomar o lugar de accessor do sr. ministro da marinha. Não pertence á camara indicar ao poder executivo os actos que ha de praticar; só depois lhe cumpre examinar se foram justos, e verificar a responsabilidade do governo, no caso de entender que a deve rejeitar. Se votasse como deputado da opposição, deixava passar a proposta porque ella é uma rigorosa censura ao gabinete; mas é franco e leal, e vota contra a proposta, porque a acha inutil, não a comprehende mesmo, e se fosse á commissão do ultramar, a commissão não faria senão olhar para o governo e o governo para a commissão, sem se chegar a resultado algum.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello): — está n'uma situação um pouco difficil, porque por um lado o illustre auctor da proposta entende que o governo devia ir tão longe como julga que seria conveniente que fosse no interesse da questão que todos desam resolver; e por outro lado o sr. Ferrer acaba de dizer que se admirava de que o governo aceitasse uma proposta que lhe dirige uma censura.

Entrando na camara achou sobre a mesa uma proposta que tinha um pensamento fundamental, que era o de chamar a attenção do governo e da camara sobre um assumpto que pela sua natureza e gravidade devia merecer a consideração dos poderes publicos. A forma por que traduziu este pensamento foi a de harmonia entre o governo e a camara, e esse pensamento não o pôde o governo recusar de forma alguma, é esse o seu primeiro desejo, é uma grande necessidade do systema representativo. Por isso disse que aceitava o pensamento da proposta, mas não a sua redacção, porque ella indicava de certo modo uma censura que julgava immerecida ao governo, depois d'elle ter tomado a iniciativa sobre o mesmo objecto e de ter adoptado as providencias que já indicou. Mas depois d'essas providencias não será preciso fazer mais coisa alguma? Será inutil ouvir a opinião de homens intelligentes e entender-se o governo com a commissão do ultramar? É assim que entende a proposta; porém se ella envolve um pensamento de censura não a pôde aceitar, e convidaria mesmo o sr. deputado a retrahir a, na intelligencia de que o governo se ha de entender com a commissão do ultramar, a fim de que se faça o que for mais util aos interesses publicos.

O sr. Affonso: — em virtude das explicações que acaba de dar o sr. ministro do reino não duvida retirar a sua proposta, e tambem a retrahir porque a commissão do ultramar por um dos seus orgãos, quasi que se declarou incompetente para tratar do objecto. O sr. Ferrer disse, que a commissão ficaria a olhar para o governo e o governo para ella sem saber que fazer. N'esse caso não deseja que a a sua proposta, que tanto trabalho lhe deu, vá á commissão do ultramar, visto que ella confessa ingenuamente que tem de limitar-se a olhar para o governo (*riso*). Esta circumstancia pesa tanto no seu animo como as explicações do sr. ministro, e em virtude de uma e outra coisa pede licença para retirar a sua proposta.

Consultada a camara annua a que o sr. deputado retire a proposta.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 18
O sr. Presidente: — continua a discussão sobre o artigo 1.º

O sr. Carlos Bento: — a idéa dos cavalheiros que sustentam este projecto, é que não se adie a realisação de um melhoramento material tão importante; mas já em outra occasião disse, que o contrato continha uma disposição que podia annullar completamente este pensamento, porque estabelecia que uma facilidade podia ser concedida á empresa, que podia trazer o inconveniente do governo prorogar o prazo para o começo das obras. E esta circumstancia é tanto mais importante quanto o governo assegurava, que este caminho devia principiar antes mesmo de ser approved o contrato pelas cortes; e é singular que devendo as obras ter começo antes do contrato ser approved pelas cortes, haja uma disposição no mesmo contrato para prorogar o periodo em que deve ter lugar o começo d'essas obras.

O sr. Antonio de Carvalho: — não julga conveniente que se elimine a disposição que permite que o prazo seja prorogado; entende que deve ser conservada, embora se exija do sr. ministro das obras publicas que se comprompta a não adiar o começo dos trabalhos alem de um certo prazo.

O sr. Lobo d'Avila: — no § unico do artigo 70.º do contrato diz-se, que na occasião das cortes approvarem o contrato julgarão se o estado do mercado apresenta difficuldades que autorisem o governo a prorogar o prazo para o começo e conclusão das obras; por consequencia quem ha de começar por formar esse juizo ha de ser a camara dos deputados, onde a discussão do contrato tem primeiramente lugar. E no estado actual ha difficuldades que obstem á formação da companhia? Não ha de certo; portanto cessa a necessidade de consignar esta disposição no contrato, que pôde impossibilitar a construcção do caminho, ou proroga-la indefinidamente. Supponhamos que ha circumstancias extraordinarias que fazem com que o estado do mercado apresente difficuldades antes do contrato ter passado nas duas camaras; nada mais natural de que, justificada a necessidade do artigo, voltar o contrato á camara dos deputados e ali fazer-se a conveniente rectificação.

Quiz-se fazer do assumpto uma questão de confiança ministerial, e tambem se disse que d'esta al-

teração podia a outra parte contratante tirar aresto para não cumprir o contrato, uma vez que não foi consultada. Mas nenhum d'estes argumentos têm fundamento.

A alteração está autorisada pela outra parte contratante, por isso que ella se sujeitou ao juizo da camara na occasião em que fosse approved o contrato.

O argumento da confiança ministerial acha que é completamente deslocado, e se este principio vinga-se não se poderia estabelecer disposição alguma de precaução nas leis. A lei não se refere a um ou a outro ministerio, mas áquelle que está á testa dos negocios publicos.

Não ha pois motivo algum para que deixe de ser eliminada a disposição do §, mas se se julga que pôde resultar o menor inconveniente, ao menos fixe-se um prazo, e o sr. ministro das obras publicas já conveiu em que elle se fixe.

Não sendo possível a eliminação, ao menos pede que se fixe um prazo qualquer que assegure que o caminho se ha de executar; e quando não recorra-se a outro expediente, por via do qual se consiga este fim.

O sr. Avila: — entende que n'estes contratos não ha principios absolutos; que aquillo que podia ser vantajoso hontem pôde ser hoje altamente inconveniente; e por consequencia que o governo, se se pretende que o caminho de ferro seja uma realidade, não pôde sair da camara autorisado unicamente com a lei que propoz, e que foi votada na commissão de que elle, orador, faz parte.

Circumstancias têm occorrido posteriormente, que devem tornar um pouco mais acautelados aquellos que se empenham na construcção d'este caminho de ferro, e prevenir hypothesees que se podem apresentar, e que embarcam a brevidade da feitura d'elle, por quanto se ha caminho de ferro que tenha um futuro determinado e preciso é o do Alentejo. E n'este sentido parece-lhe que alem da autorisação que se dá ao governo para approvar o respectivo contrato, deve o governo ser autorisado em primeiro lugar a mudar a base da subvenção por uma garantia de juro, e, em segundo lugar, a, dado o caso de nem por uma nem por outra base se poder fazer o caminho, construi-lo por conta do estado.

A autorisação para este fim já lhe fôra dada; mas como não se tem feito uso d'ella, pôde por-se em duvida se caducou ou não, e é necessario que as duvidas todas acabem a este respeito.

A mudança de base é conveniente, porque o minimo de juro traz menos encargos para o thesouro, e de futuro ha de chegar a desaparecer; porque, estabelecida a garantia de juro a 6 1/2 ou mesmo a 7 por cento, o rendimento liquido não se pôde calcular em menos de 50 por cento.

Ora, provindo as difficuldades que este contrato tem encontrado da parte da camara, de as emissões de titulos de divida fundada inspirarem graves receios, por quanto os nossos fundos têm tido uma baixa consideravel em Inglaterra e mesmo entre nós estão a descer, se o caminho de ferro se poder fazer sem novas emissões será o contrato mais vantajoso.

E por esta occasião não pôde deixar, em relação aos nossos fundos, de chamar muito seriamente a attenção do governo, porque tem a desconfiança de que o governo não se occupa d'este objecto como elle, orador, entendia que se deveria occupar.

O sr. ministro das obras publicas disse que a Hespanha tinha os seus fundos a 30 por cento e mandou fazer caminhos de ferro. E verdade, mas é preciso notar que a applicação d'este facto a Portugal não pôde ter lugar. A Hespanha não paga os caminhos de ferro com os seus titulos de divida fundada, e se assim fosse tinham-lhe saído por um preço exorbitante, porque, estando os fundos a 30 por cento, era o juro 10 por cento: ella paga-os com obrigações. O governo distribue as acções dos caminhos de ferro pelas provincias, pelas quaes passam os caminhos de ferro, a cuja construcção servem estas acções, e as provincias tomando metade d'ellas pagam-nas ao par, e por consequencia o concessionario já sabe que recebe a metade do preço por que contrata o caminho de ferro em dinheiro de contado e ao par, e a outra metade em acções de caminhos de ferro de juro de 6 por cento e 1 por cento de amortisação, titulos que estão no mercado sempre a um preço subido. Mas o governo faz mais alguma coisa: como tem de pagar o juro d'estas obrigações, diz ás provincias «a metade que tomastes não pago senão 3 por cento em quanto o rendimento não me habilitar a pagar tudo», e por consequencia fica já o juro reduzido a menos. E alem d'isto o governo quando trata de pagar o juro d'essas obrigações, se por ventura o caminho de ferro não tiver rendido toda a importancia d'esse juro, reparte a metade da despesa pelas provincias, as quaes a distribuem pelas camaras municipais, que lançam contribuições para o preenchimento d'ella. Para as obrigações pagas em dinheiro de contado estão as provincias autorisadas a vender os seus proprios, e por consequencia esta medida está ligada á desamortisação da propriedade em Hespanha em larga escala, o que entre nós se não tem feito, com quanto o sr. ministro o tivesse prometido.

Se o sr. ministro tem tenção de trazer o projecto de desamortisação á camara, já não é cedo; mas elle, orador, declara francamente que não acredita na apresentação d'esse projecto.

Mas disse o sr. ministro das obras publicas «os fundos descem, façam-se os caminhos de ferro.» Não basta fazer caminhos de ferro, é necessario procurar emprego para os fundos. Os caminhos de ferro são sem duvida um grande elemento de prosperidade para o paiz, mas é necessario que sejam ajudados por outros, por exemplo, pelo augmento de receita publica (caminho em que está o governo e elle, orador, folga com que seja assim), e é necessario que se procure emprego para os nossos titulos, porque só assim podemos vencer a má vontade dos mercados estrangeiros, que nos podem querer obrigar a sacrificios constantes, por virtude da necessidade de irmos procurar emprego para elles n'esses mercados. Pois os titulos de divida fundada para o caminho de ferro do Alentejo, não podem achar emprego em Portugal? Quando o governo entrar n'esta estrada, a nossa situação ha de melhorar e muito.

Poente elle, orador, quando acabar a discussão d'esto artigo, ha de tomar a liberdade de mandar para a mesa dois artigos addicionaes, que não são senão duas autorisações ao governo: uma d'ellas ha de redigi-la nos termos de se substituir a subvenção estabelecida no contrato por uma garantia de juro, que não poderá exceder a 6 1/2 por cento, com relação á somma de 24:000\$000 réis por kilometro, combinando todavia em que suba a 7 por cento, se o sr. ministro assim o entender; e a outra é para que o governo, no caso de não poder fazer o caminho por este contrato nem pela garantia de juro, o faça por conta do estado.

Hoje a situação dos mercados não protege as empresas que têm por base a subvenção, mas aquellas que têm por base a garantia de juro; é materia corrente: todos sabem a crise por que temos passado os caminhos de ferro ha alguns annos a esta parte.

Percebe-lhe que o sr. ministro receiava que, se se modificasse alguma coisa o contrato, a empresa não quizesse cumpri-lo; mas desde que se dá de subvenção 16:000\$000 réis sobre 24:000\$000 réis, da parte da empresa havia de haver desejo de cumprir o contrato.

Não se pôde dizer que com uma somma de réis 24:000\$000 se não faça o caminho; não quer obrigar o sr. ministro pelas informações que deu no anno passado; mas se s. ex.ª entende actualmente que 24:000\$000 réis não é uma somma razoavel, indique s. ex.ª aquella que lhe parecer sê-lo, e estenda-se a essa cifra a garantia do juro.

Apresenta estas idéas, e se s. ex.ª achar que estas autorisações lhe podem convir, elle orador, não tem duvida em aceitar qualquer modificação que seja razoavel. Não diz mais nada a este respeito, e quando chegar a occasião de apresentar os artigos a que se acaba de referir, então os sustentará.

O sr. D. Rodrigo de Menezes (sobre a ordem): — tendo sido chamado aos conselhos da coroa o sr. Sá Vargas, a commissão encarregada do exame da moeda falsa ficou incompleta, por isso que s. ex.ª era o relator d'essa commissão, e então pede que a camara queira eleger um membro que substitua a sua falta.

O sr. Barros e Sá (para um requerimento): — requer que a mesa seja autorisada a nomear o membro que falta para essa commissão.

É approved.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa): — a camara acaba de ouvir as observações muito judiciosas que fez o illustre deputado o sr. Avila, e não pôde deixar de se conformar com as theorias que s. ex.ª expendeu em geral, posto que na apreciação dos factos possa dissentir em um ou outro ponto, mais ou menos importante.

Ninguém se persuade mais da conveniencia e vantagens que a este paiz hão de prover da construcção d'este caminho de ferro, do que elle, orador; entretanto talvez não aceitasse todos os dados que s. ex.ª acaba de apresentar.

Acredita muito nas vantagens economicas que hão de resultar d'este caminho, e em merecedoras ha de ser elle de todos os que se tem votado, o que ha de produzir resultados mais importantes.

O illustre deputado demorou-se alguma coisa em fazer considerações financeiras, e expõe o systema que se tinha seguido em Hespanha, procurando de algum modo contradizer o que elle, orador, havia dito em outra occasião n'esta camara; mas ou não se explicou bem ou s. ex.ª não entendeu bem, porque o que tinha dito é, que a Hespanha tinha os seus fundos a 30 por cento quando começou a fazer caminhos de ferro; e isto era para responder áquelle que dizia, que quando estamos em um estado prospero é que devemos tratar d'estas empresas. Nos outros paizes emprehem-se os caminhos de ferro, mesmo quando as circunstancias não são as mais favoraveis, e lançam-se encargos sobre as gerações futuras.

O illustre deputado lamentou que o governo não tivesse já apresentado uma medida que reputa de grande importancia, e declararia que já não podia ter esperanca de que a apresentasse. O governo não podia inspirar confiança ao illustre deputado, mas crê que os factos dentro de poucos dias provarão que s. ex.ª se engana.

O illustre deputado quer dar uma autorisação ao governo, e o governo não pôde deixar de a aceitar. O governo tem grande empenho na execução d'esta obra; no entretanto o governo mostraria desconfiança com quem contratou, se apresentasse esta condição. O governo está persuadido de que a companhia ha de cumprir o seu contrato, e portanto não podia elle vir pedir esta autorisação, mas se a camara por acção seu quizer autorisar o governo, este não a recusa.

Um dos outros pontos sobre que tem versado a discussão é sobre o § unico do artigo 70.º para se marcar o prazo. A este respeito não pôde se não repetir o que já disse. Acha algum inconveniente em se approvar o contrato com alterações, mas está prompto a declarar, e pôde-se lançar na acta, se assim se julgar conveniente, que o governo nas actuaes circumstancias não julga necessario usar da autorisação marcada n'este artigo, e quando mesmo fosse obrigado a usar d'ella, não excederia o prazo limitado de dois ou tres mezes.

O sr. Lobo d'Avila (sobre a ordem): — como o sr. ministro acaba de declarar que não tem duvida que fosse inserta na acta a declaração de que o prazo não iria alem de tres mezes, quando fosse necessario ser prorogado, não tinha duvida em retirar a sua proposta de eliminação, e pede ao sr. ministro que queira ter a bondade de mandar a sua declaração para a mesa para se inserir na acta.

O sr. Pinto Coelho: — deseja que a commissão o informe sobre as formalidades e diligencias que precederem o offerecimento por parte dos dois districtos de Évora e Beja, e as quotas com que disseram estavam promptos a concorrer.

Não sabe se a lei permite ás juntas geraes de districto responsabilarem os seus respectivos districtos por este offerecimento, e não sabe tambem se n'este caso se preencheram as formalidades legais, e se o offerecimento é tal que a camara e o governo o possa tomar por base na lei que approva este contrato.

O sr. Sousa Feio: — requer que a materia se julgue discutida.

Assim se resolve.

Procede-se á votação e posta a votos a proposta do sr. Xavier da Silva, para que sobre este contrato se abra praça, é rejeitada.

O sr. Carlos Bento: — pede para retirar a sua proposta, em vista das declarações que fez o sr. ministro.

As emendas do sr. Garcez aos artigos 21.º, 26.º, 60.º e 63.º são rejeitadas.

Artigo 1.º — approved.

O sr. Avila (sobre a ordem): — vae mandar os dois artigos addicionaes a que ha pouco alludiu, e viu com satisfação que o sr. ministro não teve difficuldade em aceitar estas autorisações.

Estas moções manda-as para a mesa para poder prevenir a hypothese de que o concessionario venha declarar ao governo que não pôde fazer o caminho pelo contrato, ou de que o governo se convença de que é conveniente substituir a base da subvenção pela da garantia do minimo de juro. Se se dessem circumstancias tão calamitosas que os nossos fundos descessem a 30, como já aconteceu em outro paiz, e o governo se convencesse de que era nocivo um contrato n'esta base, elle, orador, quer que o governo esteja livre para chamar o concessionario e propor-lhe a mudança da base de subvenção pela do minimo de juro; e se o sr. ministro entende que o preço de 24:000\$000 réis por kilometro é talvez diminuto, não tem duvida em o acrescentar razoavelmente; e se entende que a subvenção de 6 1/2 deve ser elevada a 7 por cento, não tem tambem duvida n'isso.

Pede ao sr. ministro que pense nas propostas que vae apresentar, porque lhe parece serem exequiveis.

S. ex.ª o sr. ministro das obras publicas não concordou em que animassem o transporte por este caminho de ferro todos os objectos que elle, orador, tinha indicado; mas a experiencia ha de mostrar que não foi exagerado na enumeração que fez.

Hoje quem passa pelas nossas pedreiras de marmores no Alentejo, e vê bellissimos marmores partidos para macadamisar as estradas, julga-nos barbaros, e não tem razão, porque a abundancia faz com que ali se empreguem d'esse modo; mas se podemos conduzir aquelles marmores para a capital, se os transportarmos para os outros paizes da Europa, e os vendermos lá por preços razoaveis, porque os podemos vender por preços inferiores

aos dos marmores da França e da Belgica, que são os mais baratos, ha de resultar d'esse commercio grande vantagem para este paiz. Os marmores de Vianna do Alentejo, de Estremoz, de Borba e de outras localidades hão de vir necessariamente pelo caminho do ferro, embora seja necessario para isso diminuir as tarifas, no que haverá uma grande vantagem para a companhia; e estes marmores sendo conhecidos na Europa, como effectivamente são já, porque figuraram na collecção de amostras dos nossos marmores que esteve na exposição de Paris, hão de ter extracção sendo para lá transportados, em virtude da sua excellente qualidade e barateza.

Aqui temos pois n'este producto, com que se não calculava, um grande augmento a favor do caminho de ferro.

Os minérios tambem são um argumento a favor do caminho de ferro. Um concessionario de minas que ha perto de Estremoz, com quem fallou, disse-lhe que só á sua parte podia mandar de cobre e manganez 30:000 toneladas pelo caminho de ferro.

Este mesmo concessionario é explorador de minas em Hespanha, situadas a vinte leguas da fronteira, e os productos d'essas minas vêm pelo caminho de ferro do Barreiro.

Por consequencia se ha caminho de ferro cujo futuro se possa desde já prever e fixar mesmo sobre o papel, é o do Alentejo. Hão de vir tambem por esse caminho de ferro muitos productos do Algarve, porque o caminho depois de chegar a Beja não ha de parar ali, ha de ir áquelle provincia.

N'estas circumstancias, e considerando as difficuldades que poderão talvez encontrar-se para a organização da companhia com a base da subvenção, porque hoje estão muito em desfavor as empresas industriais organisadas sobre esta base, entende que o governo deve ficar armado com a autorisação que indicou, mas esta autorisação deve ser-lhe dada de modo que se possa tornar uma realidade, e por isso se o sr. ministro entende que o minimo de juro de 6 1/2 por cento deve ser elevado a 7 por cento, não se oppõe; o que entende de grande conveniencia é dar-lhe esta autorisação, e faz votos porque s. ex.ª compenetrando-se da importancia do assumpto, veja se pôde trazer a empresa a mudar a base do seu contrato e a aceitar a base do minimo de juro. Com isto desapareceriam muitas das objecções que foram apresentadas contra este caminho de ferro.

Conclue mandando para a mesa as seguintes propostas:

Art. 2.º É o governo autorisado a substituir a subvenção estabelecida no contrato approved pelo artigo 1.º por uma garantia de juro, que não poderá exceder a 6 1/2 por cento em relação á somma de 24:000\$000 réis por kilometro. — Antonio José d'Avila — José Maria Rojo — Infante Pessanha — Francisco Martins Pulido — Marianno Joaquim de Sousa Feio — J. A. de Calça e Pina — Domingos Garcia Peres.

Art. 3.º No caso de não poder effectuar-se a construcção do caminho de ferro de que trata o contracto approved pelo artigo 1.º, por nenhum dos meios estabelecidos nos artigos antecedentes, é o governo autorisado a fazer proceder á construcção do mesmo caminho por conta do estado, podendo fazer crear para aquelle fim a somma de 3:200:000\$000 réis de titulos de divida fundada de 3 por cento. — Antonio José d'Avila — José Maria Rojo — Francisco Martins Pulido — Domingos Garcia Peres.

É approved, para ser inserido no logar competente do projecto, o artigo proposto pelo sr. Avila, autorisando o governo a modificar o traçado do caminho de ferro de accordo com a empresa.

O sr. Presidente: — declara que a proposta do sr. Pulido e a do sr. Pessanha, que contém recommendações ao governo, relativamente á directriz, vão ser-lhe remetidas pela mesa, na conformidade de que a camara já resolveu.

Entra em discussão o artigo 2.º

São admitidos os dois artigos addicionaes propostos pelo sr. Avila, e ficam em discussão juntamente com o artigo 2.º

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Sepa): — manda para a mesa a seguinte declaração, que já tinha feito verbalmente:

«Declaro, por parte do governo, que nas actuaes circumstancias financeiras da Europa, o governo não julga dever usar da autorisação consignada no artigo 70.º do contrato, e que limita a tres mezes o prazo dentro do qual usará, se as circumstancias o exigirem, d'aquella autorisação. — Antonio de Sepa Pimentel.»

E declara tambem que aceita as autorisações propostas pelo sr. Avila, se s. ex.ª concordar em que se eleve a 7 por cento o minimo de juro de 6 1/2 por cento marcado na primeira; e em que se elimine a cifra de 3:200:000\$000 réis fixada na segunda.

O sr. Avila: — concorda n'estas alterações.

O sr. Presidente: — como a hora está adelantada e os srs. ministros têm de ir para a outra camara, fica esta discussão suspensa, e passa-se a tratar de assumptos proprios da primeira parte da ordem do dia.

O sr. Silva Cabral: — manda para a mesa o seguinte:

Uma representação dos habitantes do extincto conselho de Linhares, que pedem o restabelecimento do seu conselho.

Um requerimento de José Maria Tristão, capitão do regimento de infantaria n.º 3, que pede se lhe conte o tempo de serviço que indevidamente lhe foi descontado.

Um requerimento da senhora D. Maria do Carmo Affonso, viuva de Antonio José Affonso, alferes do corpo telegraphico, que pede uma pensão em attenção aos serviços de seu marido.

Uma representação com setecentas quarenta e duas assignaturas dos habitantes do concelho de Idanha a Nova, que reclamam contra as medidas financeiras do governo.

Outra dos povos de Ribaldeira com setenta e tres assignaturas, reclamando contra as mesmas medidas.

Um addicionamento á representação dos habitantes do concelho de Amarante, com cento e cinco assignaturas.

Outro com seiscentas e tantas assignaturas, para serem juntas á representação vinda do concelho de Braga.

O sr. Arribas: — apresenta um requerimento da commissão do ultramar, pedindo ao governo esclarecimentos essenciaes para poder dar o seu parecer sobre a questão de Solor e Timor. Uma nota de interpellação ao sr. ministro da marinha sobre os acontecimentos de Angola. E um requerimento insistindo pela remessa de esclarecimentos que já pediu.

O sr. Pinto Coelho: — manda para mesa uma representação, assignada por varios egressos de Vianna do Castello, pedindo a esta camara tome providencias para que as suas prestações lhes sejam pagas por inteiro. E outra assignada por diferentes maritimos, que pedem uma providencia legislativa para que, em quanto houver maritimos nacionaes nas circumstancias necessarias, não sejam arrolados para os navios portuguezes maritimos estrangeiros.

Manda tambem um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo, requerimento sobre o objecto do qual pretende interpellar o sr. ministro das obras publicas, e pede se faça a respectiva communicação.

Os srs. Pinto Tavares e Lobo d'Avila apresentam requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Bivar: — manda para a mesa uma representação da camara municipal de Villa Nova de Portimão, pedindo a approvação do contracto Langlois, e que a directriz da estrada litoral do Algarve seja a proposta no mesmo contracto, e não a pedida pela municipalidade de Silves em uma representação a esta camara; por quanto esta directriz traz consigo o grande inconveniente de arredar a estrada da parte mais populosa do Algarve, levando-a pela serra, do que não resultam as vantagens economicas que se podem tirar, sendo a estrada feita segundo a directriz do contracto.

Na occasião em que se discutir o contracto Langlois ha de tomar a palavra, prometendo desde já empregar todos os seus esforços para defender a directriz mais conveniente aos interesses da provincia.

Manda tambem uma representação da camara municipal de Albufeira no mesmo sentido que a antecedente; e outra de muitos habitantes de duas importantes freguezias do concelho de Silves, protestando contra a representação da camara municipal d'este concelho, sendo para notar que os membros da camara, pertencentes a esta freguezia, assignam agora esta representação contra a primeira que fizeram como membros da camara.

Tambem apresenta um requerimento de varios sargentos quartéis mestres, e sargentos ajudantes de diversos companhias de veteranos, e que para lá foram mandados em virtude da lei de 17 de julho de 1855, em que pedem uma providencia legislativa para passarem a officinas de veteranos. Parece-lhe que este requerimento deve ser attendido, por quanto, se elles não tiveram adiantamento na carreira militar, em consequencia da revolta em que tomaram parte, deve-se considerar que os chefes que os guiam a essa revolta estão hoje em boa posição, em quanto que os requerentes, muitos dos quaes têm cicatrizes de ferimentos recebidos nos combates que houve pela causa liberal, não fizeram mais que seguir as suas bandeiras, estão condemnados a não passarem de officinas inferiores, e não têm aquellas regalias e consideração a que lhes dão direito os seus annos de serviço, e a sua dedicação pela causa da liberdade; o deve-se attender tambem á conveniencia de se esquecer para sempre tudo quanto possa dar indícios de que ainda nos recordamos das nossas dissensões intestinas.

O sr. Correia Caldeira: — manda para a mesa uma representação de alguns egressos residentes em Ponte do Lima, pedindo a approvação do projecto do sr. deputado Custodio de Faria, para que se lhes paguem as prestações por inteiro.

O sr. Presidente: — declara que a ordem do dia para amanhã é trabalhos em commissões, depois do expediente, e levanta a sessão. — Passava das tres horas e meia da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 1 de maio, á chamada meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Coutinho e Vasconcellos, Elentério, Antonio Feio, Gonçalves Osorio, Secco, Couto Monteiro, Pequito, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Aristides, Zepherino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Couto Ferrer, Cyrillo Machado, Pereira da Cruz, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Moninho, Pereira Brandão, Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavicho, Pulido, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho de Abreu, Hermenegildo Blanc, Silva Andrade, Gamba, Fonseca Coutinho, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Sousa Machado, Noronha e Menezes, Coelho de Carvalho, Neutel, Lobo d'Avila, Infante Pessanha, José Dias Ferreira, Alves Chaves, Feijó, Christiano da Fonseca, D. José de Alarcão, D. José de Lacerda, Rojo, Julio do Carvalho, Abaim, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares (Luiz), Affonso, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Placido, Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Simão Maria de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde do Pindella, visconde de Portocarrero.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 2 de maio, á chamada um quarto depois do meio dia

Afonso Botelho, Moraes Carvalho, Elentério, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gonçalves Osorio, Secco, Pequito, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Zepherino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Claudio Nunes, Pereira da Cruz, Custodio Rebello, Cypriano J. da Costa, Teixeira da Motta, Silva Cunha, Moninho, Pereira Brandão, Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Hermenegildo Blanc, Palma, Jacinto de Andrade, Gamba, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Faria Guimarães, Encarnação, Alves Chaves, Feijó, D. José de Alarcão, José Maria de Abreu, José Maria Frazão, Rojo, Julio do Carvalho, Abaim, Luiz Albano, Pinto Tavares (Luiz), Sampaio Junior, Affonso, Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Placido, Pedro Roberto, Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão de Almeida, Velloso Horta, Ferrer, Visconde de Portocarrero.

NOTÍCIAS DO REINO

ULTRAMAR

Timor: — A *Atelha* de Bombaim, de 10 do passado, referindo-se a cartas que recebera pelo vapor que conduzia a mala da China, publica as noticias que em seguida transcrevemos acerca d'esta nossa possessão, as quaes alcançam até 18 de dezembro proximo findo:

«O novo governador o sr. Affonso de Castro tinha começado a sua administração, desenvolvendo muita actividade em promover a agricultura, e melhoramentos materiaes, que são possíveis n'aquelle paiz. Fez uma extensa plantação de cafeeiros em Manatuto: oito a dez mil pés haviam vingado optimamente. Não se têm multiplicado as plantações por falta de semente, que se estava coligindo. Têm-se preparado terrenos para algodoeiros, que ali vingam admiravelmente.

O irmão do defuncto rei rebelde D. João de Manuera, que continuou as hostilidades por algum tempo, submetteu-se a final, e implorou perdão, que lhe foi concedido pelo governador.

O transporte *Martinho de Mello* entrou em Delhi aos 18 de dezembro. O contingente militar desembarcou e alojou-se no novo quartel, que já estava prompto para a sua recepção.

Consta-nos que

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 29 de abril, e de Paris até 26 do mesmo mez.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia da Espanha*:
Vienna, 27 de abril — A *Gazeta de Vienna* publica os seguintes promotores relativos á morte do ministro da fazenda:

«Na noite de 20 foi ouvido o ministro como testemunha no processo do general Eynatten. As suas declarações deram lugar a novas investigações, que tornaram necessaria a sua confrontação com outras testemunhas e com os accusados. No dia 22 o imperador dirigiu-lhe uma carta concebida nos termos seguintes:

«A pedido vosso deixareis temporariamente de exercer as vossas funções, e confio internamente ao despacho do ministerio da fazenda a Mr. Plessier.»
Esta carta autographa foi entregue na noite de 22 a Mr. Bruck, e no dia 23 foi encontrado na cama, banhado em sangue. A autopsia judicial teve lugar no dia 25.»

Marselha, 27 — Confirma-se a noticia relativa á má situação dos estrangeiros no Japão.

Os chinezes continuavam fazendo os seus preparativos de defeza.

Espalhou-se o boato de que as fragatas inglesas *Dove* e *Argelina* foram mettidas a pique pelos fortes do Pei-Ho.

Londres, 27 — Lord John Russell, respondendo a uma interpegação, disse que não tinha tido conhecimento de queixa alguma relativa á falta ou insufficiente protecção dos subditos ingleses em Napoles.

Paris, 27 — Falla-se de novas prisões em Trieste, por causa do processo de malversações, ao qual se attribue o suicidio de Mr. Bruck, ministro da fazenda em Vienna.

D. Carlos de Algarra, ajudante que foi do conde de Montemolin, publica na *Presse* uma carta, na qual reproduz um extracto do manifesto escripto e assignado pelo conde em março de 1849; declarando que dá este passo para elucidar a questão suscitada nestes ultimos dias em alguns jornaes de Paris.

Os jornaes da tarde publicam a resposta da Russia á nota relativa á annexação da Saboya. A Russia cre que a annexação á França não compromette o equilibrio europeu.

HESPAÑHA

Recebeu-se em Madrid o seguinte despacho telegraphico de Tetuão, transmittido pelo general O'Donnell, no dia 27 de abril proximo passado:

«Como está já assignado o tratado de paz, parto para a peninsula.

«O general Garcia fica encarregado do commando em chefe, até que embarquem todas as tropas que devem regressar á peninsula.

«O segundo corpo partiu para Ceuta. O terceiro e a divisão vascongada ficam aqui.

«O corpo de occupação de Tetuão compõe-se de vinte batalhões, sete esquadras, o primeiro regimento de artilheria de montanha, o segundo montado, um batalhão de artilheria a pé, e quatro companhias de engenheiros dos ordens do general Rios.

«Em Ceuta ficam seis batalhões, um esquadra, uma bateria de montanha, e duas companhias de engenheiros, alem da guarnição da praça. Estas forças ficam sob o commando do general Gasset.

FRANÇA

Continuam reproduzindo-se com muita frequencia as insurreições na tribus argelinas contra as tropas francezas.

Nos ultimos dias de março rebentou uma revolta entre os Ouled-Amar e os Ouled-Nedje de Hodon, commandados por um fanático que se intitulava *sheiff*, e immediatamente o general Desmarests, chefe da sub-divisão de Setif, e o coronel Pein, da de Batna, se dirigiram, com as forças de que podiam dispor, para o lugar da revolta.

O general Desmarests chegou primeiro na manhã do dia 25, pela parte norte de Kheng el Hamman, com 1.000 homens, tendo encontrado o acampamento do *sheiff*, composto de 300 barracas de campanha.

Os revoltosos eram em numero de 1.800, e estavam armados de espingardas, defendendo-se nos seus entrancheamentos, os quaes foram immediatamente atacados pelo general Francez.

Depois de um renhido combate, que durou hora e meia, os soldados do terceiro regimento de zuavos e do 8.º regimento de caçadores occuparam as posições do inimigo, que, depois de abandonar as suas barracas de campanha, bagagens, cinco bandeiras, deixando no campo de batalha 100 mortos, se valeu das difficuldades do terreno, para ir procurar refugio nas vertentes do Bonthaleb.

Ao mesmo tempo desemboava o coronel Pein com a sua columna, pelo sul, depois de uma penosissima marcha, tendo, á custa de perdas sensiveis, posto termo á insurreição que ameaçava propagar-se pelas tribus circunvisinhas.

As perdas das columnas francezas consistiram em 28 mortos, entrando neste numero 3 officiaes; e 56 feridos, em que se contam 4 officiaes.

Em poder dos francezes ficou o *sheiff*, chefe da insurreição, chamado Si-Mohamedben-Krentech. Quando partiram as ultimas noticias achava-se de todo restabelecida a tranquillidade.

PIEMONTE

Dizem as correspondencias de Turim que os deputados, que acompanharam o rei Victor Manuel na sua viagem, começam a regressar á capital, onde produziu grande impressão a votação da Saboya e Niza a favor da França.

Ultimamente teve lugar uma reunião a que assistiram muitos membros do parlamento pertencentes aos diferentes partidos, em que sobre a importante questão do momento se achia dividida a camara sarda. O partido favoravel á França tem ganho muito terreno, e suppe-se geralmente que o tratado de cessão de 24 de março será ratificado.

ROMA

O general Lamoriciere resolveu concentrar um corpo de tropas em Spoleto, a fim de poder marchar, sendo necessario, para Ancona ou para Roma. O general deu tambem ordem para que se proceda immediatamente á compra de trezentos cavallos para o exercito.

INGLATERRA

Lord Normandy, na discussão relativa á sua moção, de que hontem fallámos, queixou-se sobretudo de que chamára a attenção da camara dos lords para a questão da Saboya, sem obter do governo esclarecimentos alguns; quando o ministerio possuia já informações particulares mandadas por lord Cowley, relativamente ás intenções da França. Foi no dia 27 de janeiro ultimo, que lord Normandy dirigiu diferentes perguntas ao ministerio, o qual declarou não saber cousa alguma relativamente a este assumpto, e ainda na vespera tinha recebido informações de lord Cowley, que transmittira ao governo inglez as apprehensões e as queixas do seu collega o ministro da Suissa.

Como se sabe, lord Cowley foi responder em pessoa á accusação de lord Normandy. A sua resposta contém alguns promotores interessantes rela-

tivos á questão, hoje decidida, da annexação da Saboya. No mez de março de 1859, lord Herby, então ministro dos negocios estrangeiros, tinha chamado sobre este ponto a attenção de lord Cowley, informando-o da existencia provavel de um tratado entre a França e a Sardenha, para a cessão eventual da Saboya. Porém o embaixador de Inglaterra soube que esse tratado não existia, e não se tornou a fallar n'isso até ao dia 4 de julho de 1859, epocha em que lord Cowley, obrigado a isso pelas inquietações da Suissa, de novo se dirigiu ao conde de Walewski. Como se sabe, lord Cowley, no dia 8 de julho, enviava ao seu governo uma nota na qual dizia que o projecto de annexação da Saboya fôra definitivamente abandonado; porém no dia 25 de agosto, e mais tarde, no dia 3 de novembro, o conde de Walewski dizia a lord Cowley, n'uma conversação particular, e exprimindo unicamente a sua opinião pessoal, que, se se devesse realisar a annexação dos ducados de Sardenha, a França sem duvida reclamaria a Saboya. Tais são as declarações importantes que lord Cowley transmittiu ao seu governo, na sua correspondencia particular, e eis como elle se justifica de as não ter mencionado na sua correspondencia official: «Esta communicação do conde de Walewski não tinha caracter algum official. Era uma observação feita em conversa, e não a considerei como uma declaração dirigida ao governo inglez; alem d'isso, eu estava de posse da declaração official do mez de julho, na qual se representava a annexação da Saboya como abandonada; e se eu tivesse officialmente recebido a nova observação, teria perdido a vantagem da declaração anterior que recebi sem reserva nem restricção alguma.» Lord Cowley, dando esta explicação, acrescentou que, n'essa epocha, não suppunha que de futuro se realisasse a cessão da Saboya, nem que o rei da Sardenha consentisse em separar-se d'ella.

O diplomata inglez reconheceu todavia que tinha

procedido com alguma irregularidade reportando-se na sua correspondencia official á sua correspondencia particular; porém explicou esta irregularidade dizendo que quando tratou este assumpto com o novo ministro dos negocios estrangeiros da França, Mr. Thouvenel, julgou indispensavel recordar a lord John Russell todas as suas communicações anteriores com o conde de Walewski.

Depois de algumas observações feitas por lord Granville a favor de lord Cowley, lord Malmesbury tomou a palavra, e concluiu o seu discurso aconselhando a lord Normandy que retirasse a sua moção, o que este fez.

NOTÍCIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSPANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 753,39	17,1	73,3	OSO.
3 t. 753,81	18,7	60,0	ONO.

DIA 1.

Maxima — temperatura	21,0 C.
Minima — do nocte	10,4 »
Ozone — de dia	4,5 »
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro)	8,2 »
Altura barométrica correctda.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTÍCIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Tabella dos rendimentos cobrados em todo o mez de abril de 1860

CLASSES	RENDIMENTOS	IMPORTANCIAS RECEBIDAS	SOMMAS POR CLASSES
Importação	Direitos de entrada	594.161	176.212.663
	nacional	156.349.524	
	estrangeira	502.814	
	quinto differencial	18.825.674	
	tabaco	1.005.021	
Exportação e reexportação	Ditos de saída	1.177.435	3.150.104
	nacional	367.038	
	estrangeira	1.936.800	
Direitos de porto	Tonelagem	2.244.730	4.181.530
	Tres por cento sobre os direitos (carta de lei de 14 de agosto de 1858)	4.891.520	4.891.520
Condennações	Multas diversas	88.745	112.830
	Tomadas	24.085	
	Armações	667.235	
	Cinco por cento sobre direitos	1.248.502	
	Sete por cento idem.	1.822.555	
	Somma para pensões e reformados	177.546	510.957
	reformatos	333.491	
Receitas diversas	Quota do precalço das taras	318.518	
	Emolumentos do extincto administrador do mar	89.524	
	Ditos do logar extincto de primeiro escrivão	89.524	28.933.874
	Vinte e oito por cento do cofre dos emolumentos	1.165.393	
	Produto de fazendas abandonadas	—	
	Cedencias (não comprehendendo as que são relativas ao imposto para a amortisação das notas)	—	
	Emolumentos do intendente dos armazens	63.177	
	Decima percentagem á companhia	432.509	
Amortisação de notas	Imposto para a amortisação das notas do banco de Lisboa	23.005.926	217.382.201

Mappa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 25 de abril

DESTINO	BOIS	VACAS	TOTAL	VITELLAS			CARNELLOS	FICARAM EXISTINDO						CARNELLOS	CAPADOS
				MACHOS	FEMEAS	TOTAL		REZES			VITELLAS				
								BOIS	VACAS	TOTAL	MACHOS	FEMEAS	TOTAL		
Existiam.....	35	2	37	-	29	29	36	46	1	47	-	17	17	49	4
Entraram.....	310	31	341	33	2	35	360	-	-	-	-	-	-	-	4
Mortos.....	297	31	328	33	14	47	347	-	-	-	-	-	-	-	6
Reprovados.....	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

N.B. Ficaram de saldo para a semana seguinte 2 capados. Fizeram-se desbastamentos em 4 chomboes e 5 costellas.

Casa da administração, em 26 de abril de 1860.—O fiscal, Manuel Antonio de Pina.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 2 de maio de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Ville de Lisbonne, vapor paquete francez, capitão J. Ordronneau, de Malaga em 4 dias, de Gibraltar em 3, e de Cadiz em 29 horas, com diferentes generos, a H. Juhel; 26 pessoas de tripulação, 1 mala, e 25 passageiros. Entrou hontem ás 9 horas e meia da noite.

Amelia, hiate portuguez, mestre D. Viegas, de Faro em 4 dias, com vinho, figo e obra de palma; 9 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Antonio Joaquim Ramalho, ferreiro; Francisco da Paixão, sapateiro; portuguezes.

Tentativa, bateira, mestre F. Maria, de Villa Real de Santo Antonio em 6 dias, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, de Setubal em 24 horas, com vinho e azeite; 4 pessoas de tripulação.

S. João Evangelista, palhaborde portuguez, mestre F. J. Collares, de Faro em 4 dias, com obra de palma e encomendas; 8 pessoas de tripulação, e 18 passageiros, que são: José Fernandes, marítimo; Maria Gomes, com 1 filho; Anna da Conceição, com 5 filhos; Ignacia de Jesus, com 1 filho; Maria Catharina, com 2 filhos; Maria do Rosario, com 3 pessoas de familia; portuguezes.

Racoon, escuna ingleza, capitão J. Mundy, de New Castle em 10 dias, com carvão e garrafas, a F. Martin; 6 pessoas de tripulação.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. de Freitas, de Vianna em 4 dias, e da Ericeria em 24 horas, com milho; 6 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: Antonio Martins Leal, negociante; Mathias Ribeiro de Freitas, Manuel Soares Mesquita, marítimos; portuguezes.

Embarcações saídas

Albert et Selina, escuna franceza, capitão A. Tillé, para Nantes, com residuos de assucar; 7 pessoas de tripulação. Foi registrada hontem, e saiu hoje tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Ville de Paris, paquete franceza a vapor, capitão A. Mahaud, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com diferentes generos; 24 pessoas de tripulação e 65 passageiros.

Bretagne, paquete francez a vapor, capitão A. Lavallée, para Nantes, com vinho, cacau e mais generos; 23 pessoas de tripulação e 1 passageiro.

S. João Baptista, hiate portuguez, mestre A. da Silva, para Sines, com trigo e fazendas; 6 pessoas de tripulação.

Saudade, bateira, mestre M. O. Lira, para Setubal, com cereaes e vasilhame; 7 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre E. A. Marreiros, para Sines, com trigo; 7 pessoas de tripulação.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 1 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 30 de abril

Entradas — Hiate portuguez Santa Cruz de Fão, do Havre de Grace em 7 dias. — Patacho inglez Maria, de Hamburgo em 10 dias.

Saídas — Portuguezes: vapor Visconde d'Athoquia, para Lisboa; hiate Senhora da Guia, para Caminha.

Fôra da barra ficam o vapor de guerra Lynce, e dois hiates; portuguezes.

O mar está bom. — O vento esteve E. forte, NO, regular, agora N. regular.

De Vianna do Castello, do dia 30

Entrou o hiate Victoria, em lastro.

Saiu o hiate S. Lourenço, para Aveiro, pela Figueira, com milho.

De Caminha, do dia 30

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N. — Mar bom.

De Ericeria, do dia 30

Entrou o hiate Oliveira, de Vianna, com milho. Não saiu embarcação alguma.

Mar chão. — Tempo claro.

De Villa do Conde, do dia 28

Entradas — Hiates Senhora das Neves, e Baptista, o 1.º com vinho, cortiça e outros generos, e o 2.º com sal e outros generos.

Mar agitado. — Vento N.

Saiu o cahique Tres Amigos, para Aveiro, em lastro.

De Aveiro, do dia 30

Entradas — Portuguezes, hiates Herminio, do Porto; Tres Amigos, de Villa do Conde; ambos em lastro.

Saídas — Escuna ingleza Jorge Thomaz, para Londres, com fructa; portuguezes, hiate Jesus do Monte, para o Porto; bateira Olho Vivo, para Villa do Conde; ambos com carga de sal.

Da Figueira, do dia 30

Entradas — Portuguezes, hiate Improviso, do Porto, com varios generos; rasca Conceição Subtil, de Vianna, com milho; cahique Senhora da Boa Morte, de Aveiro, com pescaria.

Saídas — Portuguezes, cahiques Senhora da Gloria, para Lagos, com madeira; Se Deus Quizer e Santo Antonio e Almas; ambos para Peniche, com sal.

Mar bom. — Vento N. regular.

De Setubal, do dia 30

Entrou o brigue norueguez Triton, de Cagliari, com linhaça em grão; arribado.

Saídas — Portuguezes, hiates Santos e Oliveira, para Lisboa, com madeira; Vasco da Gama e Nova Piedade; ambos para Sines, com sal e cortiça.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 1 de maio de 1860. — O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 2 de maio — Não houve cotisação.

Bolsa de Paris, em 2 de maio — 3 por cento francez a 71,05 — 4 1/2 dito a 96,30.

Bolsa de Londres, em 2 de maio — Consolidados de 95 1/4 a 95 3/8.

AVISOS

SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta-feira 3 de maio, pelas oito horas da tarde, haverá sessão. Ordem da noite: discussão sobre — Qual é a therapeutica que no estado actual da sciencia se recommenda como mais efficiente na angina diphtherica?

Sala da sociedade, 1 de maio de 1860. — O 1.º secretario, Alves Branco.

MONTE PIO GERAL

De ordem do ex.º sr. presidente da assembleia geral é convocada a mesma para a sessão que deve ter lugar no dia 3 de maio, pelas sete horas e meia da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Lisboa, 27 de abril de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Almeida.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS

DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta-feira 3 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia — 1.º, proposta do sr. Costa Pereira sobre pautas; 2.º, continuação da discussão do regimento interno. — O secretario, J. A. Dias.

REUNIÃO AGRICOLA

A mesa provisoria da assembleia dos agricultores e proprietarios agricolas annuncia que na casa do monte pio geral, na rua Arenal n.º 6, estará patente nos dias 3, 4 e 5 do corrente mez, para ser assignada pelos interessados, a representação dirigida á camara dos dignos pares do reino acerca do projecto de lei, que trata da importação da aguardente; e que no domingo 6, ao meio dia, ha de reunir-se a assembleia, na rua do Arsenal n.º 16, para a discussão do parecer sobre a admissão permanente de cereaes estrangeiros; lembrando a mesa a conveniencia de concorrer o maior numero de pessoas, como o exige a importancia do assumpto.

Lisboa, 2 de maio de 1860. — O secretario, Antonio Nunes dos Reis.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

MEMORIA SOBRE AS ALFANDEGAS

Este opusculo, em que se combate victoriosamente o systema da illimitada liberdade do commercio, como prejudicial á industria nacional, e por consequencia á agricultura, vende-se por 120 réis na loja da viuva Marques e Filha, rua Augusta n.º 15.

ANNUNCIOS

1. PELA 1.ª VARA, escrivão Barroso, a requerimento de Anjos & C.ª, a execução que move á viuva e filhos de José Joaquim Cardoso, correm editos de dez dias, chamando quem se julgar com direito á quantia de 62.506 réis, lançada no liv. 155, a fl. 117, 1.ª repartição do deposito publico, produto de uma propriedade, sita na rua do Bomfôrte, na villa de Veios, a fim de o vir deduzir no referido praso, sob pena de lançamento.

2. NO JUIZO DE DIREITO DA COMARCA D'ELVAS, e cartorio do escrivão Antonio Rodrigues Ferreira, correm editos de trinta dias, citando quem pessoas que tenham direito á averbação das acções do banco de Portugal, e inscripções de 3 por cento da junta do credito publico, que pertenceram na partilha amigavel feita por escriptura publica, lavrada na nota do tabelião Conceição, da mesma cidade, aos co-herdeiros e legatarios, na fôrma seguinte:

A D. Maria Felizarda de Andrade dois titulos do banco de Portugal, n.º 7.639 e 7.640; inscripções de assentamento, n.º 10.482, 10.483, 10.484, 10.485 e 10.486.

Ao dr. Antonio Joaquim Epifanio de Andrade dois titulos do banco de Portugal, n.º 7.641 e 7.642; inscripções de assentamento, n.º 6.030, 6.031, 6.032 e 6.033.

A D. Catharina Eufrazia de Andrade um titulo do banco de Portugal, n.º 7.647; inscripções de assentamento, n.º 10.487, 10.488, 10.489, 10.490, 10.491, 10.492, 10.493, 10.494, 10.495 e 10.496.

A D. Antonio Viçencia de Andrade um titulo do banco de Portugal, n.º 7.648; inscripções de assentamento, n.º 10.497, 10.498, 10.499, 10.500, 10.501, 10.502, 10.503, 10.504, 10.505 e 10.506.

A D. Antonio Justina de Andrade dois titulos do banco de Portugal, n.º 7.643 e 7.644; inscripções de assentamento, n.º 10.507, 44.881, 44.882 e 44.883.

A D. Anna Leonor Augusta de Andrade dois titulos do banco de Portugal, n.º 7.645 e 7.646; inscripções de assentamento, n.º 44.877, 44.878, 44.879 e 44.880.

O legatario Ezequiel Manuel da Silva Nobre um titulo do banco de Portugal, n.º 7.638.

Os quaes titulos e inscripções foram deixados por seu irmão o reverendo conego João Joaquim de Andrade, fallecido na cidade de Lisboa, no seu solenne testamento, a fim de vir deduzir todo o direito que julgarem ter á dita averbação, sob pena de, não o fazendo no dito praso, serem lançadas, e os referidos co-herdeiros e legatarios habilitados para o fazerem nos seus proprios nomes.

3. NO DIA 14 DE MAIO, pelas tres horas da tarde, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa abarracada, situada na travessa do Machadinho, junto á travessa do Arieiro, n.º 32 e 33, freguezia d'Ajuda, avaliada como livre em 28